

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO RELATÓRIO

Prestação de serviços de um Revisor Oficial de Contas para a prestação de contas do ano 2017

O presente relatório visa dar cumprimento ao estabelecido no artigo 122º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro.

Foi solicitado, através dos convites (enviados por e-mail) nºs 1759 e 1760 de 10/05/2017, proposta para a prestação de serviços supra mencionada aos seguintes revisores:

- Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.;
- Alberto Manuel Martins.

Decorrido o prazo estipulado para a entrega das propostas, verificou-se que só a firma Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. apresentou a respetiva proposta acompanhada da declaração correspondente ao anexo I do C.C.P., sendo admitida.

Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o do mais baixo preço.

A proposta apresentada resume-se no quadro seguinte:

Firma	Valor Total
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	5.220,00€

Dado que se trata da apresentação de uma única proposta e a mesma não ter suscitado qualquer questão para esclarecimento, não há lugar às fases de negociação e de audiência prévia, nem à elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o disposto no artigo 125º do C.C.P.

Desta forma, propõe-se que deverá ser efetuada a adjudicação à firma Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., pelo valor total de 5.220,00€ (Cinco mil duzentos e vinte euros), mais IVA à taxa legal em vigor.

De acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 77.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.



Perante o exposto, o júri do procedimento encaminha o presente relatório à Câmara Municipal para aprovação e a respetiva submissão à Assembleia Municipal para deliberação.

À consideração superior,

Vila de Rei, 31/05/2017

O júri

Domingos Laranjeira Mendes

João Paulo Vicente Alves

Maria Manuela dos Santos Ramos Brito

